
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	17
1.1 Conceito de previdência social	17
1.2 Sistema de seguridade social	27
1.2.1 Subsistema contributivo: previdência social	32
1.2.2 Subsistema não contributivo: assistência social e saúde...	33
1.3 Regimes de previdência social	34
1.4 Regime jurídico previdenciário	38
1.4.1 Filiação prévia	40
1.4.2 Proteção precípua do trabalhador	41
1.4.3 Relevância das contingências sociais como critério seletor das necessidades sociais	42
1.4.4 Contributividade	44
1.4.5 Manutenção, limitada, do nível de vida dos beneficiários	44
2. FONTES, AUTONOMIA, INTERPRETAÇÃO E EFICÁCIA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	47
2.1 Fontes do Direito Previdenciário	47
2.2 Autonomia do Direito Previdenciário	54
2.3 Interpretação do Direito Previdenciário	55
2.4 Eficácia do Direito Previdenciário no tempo e no espaço	59
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SEGURIDADE SOCIAL	61
3.1 Evolução histórica da seguridade social no mundo	61
3.2 Evolução da seguridade social no Brasil	66
3.2.1 Normas de seguridade social nas Constituições Federais do Brasil	72
3.2.2 Normas de previdência social na legislação infraconstitucional brasileira	73

4. PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	77
4.1 Princípios gerais da seguridade social	78
4.1.1 Princípio da solidariedade.....	79
4.1.2 Princípio da obrigatoriedade.....	79
4.1.3 Princípio da universalidade.....	80
4.1.4 Princípio da unidade	81
4.1.5 Princípio da suficiência ou efetividade	82
4.1.6 Princípio da supletividade ou subsidiariedade.....	82
4.2 Princípios constitucionais da seguridade social.....	83
4.2.1 Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.....	86
4.2.2 Princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	87
4.2.3 Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	87
4.2.4 Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios	88
4.2.5 Princípio da equidade na forma de participação no custeio.....	89
4.2.6 Princípio da diversidade da base de financiamento	90
4.2.7 Princípio da preexistência do custeio em relação aos benefícios ou serviços.....	90
4.2.8 Princípio do caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.....	91
4.3 Princípios específicos da previdência social.....	92
4.3.1 Princípio da contributividade.....	92
4.3.2 Princípio da automaticidade da filiação	93
4.3.3 Princípio da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial	94
4.3.4 Princípio da universalidade de participação nos planos previdenciários.....	95
4.3.5 Princípio do cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente.....	95
4.3.6 Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo	96
4.3.7 Princípio do valor da renda mensal dos benefícios de caráter substitutivo não inferior ao do salário-mínimo.....	96
5. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	99
5.1 A força normativa da Constituição e a mudança constitucional...	100

5.2 Os direitos sociais e sua conformação pelo legislador. Limites à sua alteração pelo Poder Constituinte. O princípio da proibição de retrocesso	103
5.3 Perspectivas de alterações na Previdência Social brasileira	111
6. A EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998 E A CRIAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	117
6.1 O orçamento da seguridade social e o <i>deficit</i> do Regime Geral de Previdência Social	120
6.2 O <i>deficit</i> dos regimes de previdência dos servidores públicos...	126
6.3 A previdência dos servidores públicos na Emenda Constitucional 20/1998	132
6.3.1 Âmbito subjetivo de proteção.....	132
6.3.2 Equilíbrio financeiro e atuarial.....	137
6.3.3 Acumulação de proventos e de remuneração	138
6.3.4 Teto remuneratório	141
6.3.5 Aposentadorias e contagem recíproca	142
6.3.6 Pensão por morte.....	149
6.3.7 Aposentadoria especial do servidor.....	149
6.3.8 Paridade entre ativos e inativos.....	150
6.3.9 Futura previdência complementar dos servidores.....	150
6.3.10 Aproximação com o Regime Geral de Previdência Social.	151
6.3.11 Direito adquirido	152
6.3.12 Regras de transição	152
6.3.13 Normas infraconstitucionais.....	154
6.4 Regras constitucionais aplicáveis às contribuições dos servidores públicos	156
7. A NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA FUNCIONAL INTRODUZIDA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 41/2003 E 47/2005.....	163
7.1 Requisitos para a concessão das aposentadorias	166
7.1.1 Regras permanentes aplicáveis aos servidores que ingressarem no serviço público após a Emenda Constitucional 20/1998	167
7.1.2 Regras transitórias aplicáveis a quem era servidor público na data da publicação da Emenda Constitucional 20/1998 ...	172

7.2 Critério de cálculo do valor das aposentadorias	179
7.3 Critério de cálculo do valor da pensão por morte.....	186
7.4 Reajustamento do valor das aposentadorias e pensões.....	188
7.5 Aplicação do teto do Regime Geral de Previdência Social e previdência complementar.....	191
7.6 Teto constitucional de proventos e pensões.....	194
7.7 Contribuição dos inativos	203
7.8 Do abono de permanência em serviço.....	216
7.9 Resumo das novas regras sobre aposentadorias de acordo com as Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005	219
BIBLIOGRAFIA.....	227